

O Festival Folclórico de Parintins como Ferramenta da Educação Ambiental no Ensino Fundamental¹

MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA MAMED

Doutora em Ciências da Educação
Universidad Evangelica del Paraguay (UEP)

Abstract

The general objective of this article was to address how the Parintins Folk Festival can be an environmental education tool in elementary education, in the municipality of Parintins, located in the State of Amazonas, Brazil. About the methodology, among the themes of the theoretical framework necessary to understand the theme object of this study, environmental education stands out, among others, evidenced through a bibliographic research that guided the analyzes and reflections. A field research was also carried out with managers, teachers, parents and students in three municipal schools in Parintins. The techniques used included lectures, seminars, guided interviews and an observation diary. Among the main results, the following is evident: when asked about the fact of believing that the school values regional and local culture, based on the Folkloric Festival: 50% of the students who participated in the survey answered yes; 30% answered yes, but without much emphasis; and 20% replied that they should value it more. In conclusion, it is highlighted that the inclusion of themes of this nature in the school's pedagogical project at the level of fundamental education in the area of environmental education will contribute to the manifestation of cultural identity, providing knowledge and valuing the plurality of the Brazilian, regional and socio-cultural heritage and local, allowing students to perceive themselves as members, dependents and transforming agents of the environment, identifying their elements and the interactions between them, actively contributing to its improvement.

¹ The Parintins Folkloric Festival as a Tool for Environmental Education in Fundamental Education

Key words: Environmental Education; Elementary School; Folkloric Festival; Parintins

Resumo

O objetivo geral desse artigo foi abordar de que forma o Festival Folclórico de Parintins, pode ser uma ferramenta da educação ambiental no ensino fundamental, no município de Parintins, localizado no Estado do Amazonas, Brasil. Quanto à metodologia, dentre os temas do marco teórico necessários para a compreensão do tema objeto deste estudo, destaca-se a educação ambiental, dentre outros, evidenciados através de uma pesquisa bibliográfica que norteou as análises e reflexões. Realizou-se também uma pesquisa de campo com gestores, professores, pais e alunos em três escolas municipais de Parintins. As técnicas utilizadas incluíram palestras, seminários, entrevistas dirigidas e diário de observações. Dentre os principais resultados evidenciam-se os seguintes: quando questionados sobre o fato de acreditar que a escola valoriza a cultura regional e local, tomando por base o Festival Folclórico: 50% dos alunos que participaram da pesquisa responderam que sim; 30% responderam sim, mas sem muita ênfase; e 20% responderam que deveria valorizar mais. Como conclusão, destaca-se que, a inserção de temas desta natureza no projeto pedagógico da escola em nível de ensino fundamental na área de educação ambiental contribuirá, para a manifestação da identidade cultural, proporcionando conhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, regional e local, possibilitando ainda aos alunos perceberem-se integrantes, dependentes e agentes transformadores do meio ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do mesmo.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Ensino Fundamental; Festival Folclórico; Parintins.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental (EA) constitui-se no objeto de estudo desse artigo, cuja delimitação apresenta uma abordagem do “Festival Folclórico de Parintins”, também conhecido como a “Festa do Boi-

Bumbá”, que ocorre no município de Parintins, localizado no Estado do Amazonas, região Norte do Brasil, como ferramenta da EA no ensino fundamental, sob uma perspectiva socioambiental e educativa. Dentre outros, o presente artigo buscou responder ao seguinte questionamento: De que forma o Festival Folclórico de Parintins, pode ser uma ferramenta da educação ambiental no ensino fundamental? A hipótese que norteia a pesquisa parte da premissa de que, o Festival pode ser utilizado como ferramenta da educação ambiental para promover um meio ambiente saudável e equilibrado, através das ações educativas, direcionadas aos estudantes do ensino fundamental, podendo contribuir ainda para evitar problemas ambientais futuros, favorecendo uma singular vivência da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Santos (2012) destaca que, a reprodução da cultura popular no ambiente educacional assegura a continuidade da tradição pautando-a pela coerência do conhecimento compartilhado e nestas bases, a reprodução social assume a coordenação das ações por meio das relações interpessoais legitimamente reguladas. Assim promove-se a estabilidade da identidade do grupo para a vivência cotidiana, mensurando-a pela solidariedade entre os membros e a socialização das gerações, em bases sólidas de respeito humano e ao meio ambiente.

Na visão de Santos (2012), essa condição também se justifica pelo fato de saber-se que na reprodução da personalidade consolidam-se as histórias de vida individuais, harmonizando-se com as formas de vida coletivas, sendo em ambos os casos, avaliadas pela responsabilidade das pessoas. Por esse viés, defende-se que a cultura popular também contribui para a formação do pensamento crítico, quando trabalhada dentro de critérios voltados para esta finalidade. O cidadão poderá discernir e exigir, o que é melhor para a sua vida e de seus concidadãos, submetendo os projetos e ações que objetivem concretizar determinada política pública, a análises e debates coletivos, justamente para se posicionar adequadamente sobre o que lhes convêm aceitar ou rejeitar.

Parte dos resultados apresentados no presente artigo decorre de anos de estudos, desde a dissertação de mestrado realizada no ano de 2010, até a tese de Doutorado concluída no ano de 2015, intitulada “Educação Ambiental e Diversidade Cultural Amazônica: A Festa dos Bois-Bumbás do Festival Folclórico de Parintins como Ferramenta de

Aprendizagem na Rede Pública Municipal de Ensino de Parintins - Amazonas - Brasil”.

A educação ambiental e a diversidade cultural amazônica, apresentadas neste artigo, possuem uma importante peculiaridade: é produto da percepção de gestores, professores, pais e alunos de escolas da rede pública municipal de ensino em Parintins no ano de 2010, apresentando-se como uma combinação complexa que envolve processos naturais e socioculturais.

O objetivo geral desse artigo foi abordar de que forma o Festival Folclórico de Parintins, pode ser uma ferramenta da educação ambiental no ensino fundamental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS

No contexto das origens e evolução da educação ambiental (EA), não seria possível furtar-se à referência histórica. Conforme destacado por Antônio (2000, p. 29), a EA tem seus primórdios nos povos antigos e nos estudos pioneiros sobre a sociedade, sobre o homem e sua relação com a natureza. A educação ambiental existe de maneira informal e incipiente desde “épocas muito remotas, manifestada de forma indiretamente no convívio pacífico que alguns indivíduos, rotulados erroneamente como selvagens, mantinham com a natureza, da qual faziam parte”.

Na realidade, esclarece Hannigan (2009), os povos antigos ou as sociedades primitivas estabeleciam uma relação harmônica com a natureza e já satisfaziam suas necessidades básicas utilizando-se de sistemas tecnológicos rudimentares e elementares, aliada à utilização de fontes energéticas renováveis, sendo "protetores da terra".

A educação ambiental era transmitida “oralmente pelos homens mais sábios desses povos e denotavam claramente sua interdependência com a natureza, que assumia o papel de provedora e mãe respeitada”. Cronologicamente, nos idos do ano de 1889, o escocês Patrick Geddes é apontado como o introdutor da educação ambiental na sociedade moderna sociedade (ANTÔNIO, 2000, p. 29).

Ainda no contexto da evolução da EA, não se pode deixar de correlacioná-la à sociologia ambiental e aos estudos da sociologia clássica e ao meio ambiente, que, segundo Hannigan (2009), é uma fonte de inspiração para os sociólogos ambientais contemporâneos,

que procuraram se engajar em questões ambientais são as obras da teoria clássica social, principalmente aquelas deixadas por Émile Durkheim, Marx Weber e Karl Marx.

Cada um destes pioneiros da sociologia teve alguma coisa significativa a dizer sobre a sociedade e sua relação com a natureza. Max Weber, por sua vez, analisou exemplos concretos desde acidentes nucleares até eventos rotineiros de poluição como resíduos industriais nos esgotos urbanos. As análises da estrutura e mudança sociais realizadas por Karl Marx e Friedrich Engels, “tornaram-se o ponto de partida de diversas grandes teorias ambientais contemporâneas”. Nos primeiros trabalhos de Karl Marx o conceito de “humanização da natureza é proposto e isto sugere que os humanos irão desenvolver uma nova compreensão de empatia com a natureza” (HANNIGAN, 2009, p. 24).

Nesse cenário e face à necessidade emergente de uma sociologia ambiental, ocorreu no período de 1970-2005 o surgimento desse novo campo de estudo e de conhecimento e que contribuiu, sobremaneira, para a emergência e sistematização da educação ambiental (HANNIGAN, 2009).

Aliado a isso, a eclosão dos movimentos sociais contemporâneos, nos quais se situa o denominado movimento ambientalista e, em sua prática pedagógica, contribuiu para que a EA se configurasse como uma resposta à colonização do “mundo da vida”, das relações praticadas na sociedade civil, pela racionalidade instrumental, “sob o signo mercantil e capitalista moderno, com o objetivo de constituir instâncias de diálogo, espaços públicos, democráticas e relações intersubjetivas” (LOUREIRO, 2005, p. 78).

No âmbito das principais conferências internacionais que culminaram na sistematização da educação ambiental no mundo e no Brasil, oficialmente, o marco inicial foi a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o ambiente humano, conhecida como a Conferência de Estocolmo. A sistematização da EA ocorreu de forma mais intensa, entre as décadas de 1970 e 1980, período que a UNESCO promoveu três conferências internacionais, das quais derivaram igual número de declarações: a Conferência de Belgrado (1975), a Conferência de Tbilisi (1977) e a Conferência de Moscou (1987) (MAMED, 2015).

Segundo Souza (2000), a Conferência de Belgrado em 1975, congregou especialistas de 65 países, gerando a Carta de Belgrado,

que preconiza uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas, bem como censura o desenvolvimento de uma nação à custa de outra, buscando-se um consenso internacional. Sugeriu também a criação de um Programa Mundial em EA. A Conferência de Tbilisi no ano de 1977 foi a segunda reunião internacional promovida pela UNESCO, e é considerada a mais marcante de todas, haja vista ter revolucionado a EA. Conforme a UNESCO/IBAMA (1998) desempenhou um papel importante, já que contribuiu no estabelecimento de conceitos e definição dos objetivos e características da EA.

De acordo com Leff (2001), a “Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano” de Estocolmo em 1972, revelou a necessidade de gerar um amplo processo de EA, o que levou a criar o “Programa Internacional de Educação Ambiental” no ano 1975 e a elaborar os princípios e orientações da EA já na Conferência de Tbilisi em 1977, levando a fundar e a basear a EA em dois princípios:

- 1) Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social.
- 2) Uma nova concepção do mundo como um sistema complexo levando a uma reformulação do saber e a uma reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade se converteu num princípio metodológico privilegiado da educação ambiental (LEFF, 2001, p. 237).

Conforme Santos (2014, p. 8), a Conferência de Moscou, foi a terceira conferência internacional realizada em agosto de 1987, que reuniu cerca de trezentos educadores ambientais de cem países “e visou fazer uma avaliação sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental desde a Conferência de Tbilisi, em todos os países membros da UNESCO”. Nessa conferência, reforçaram-se os conceitos consagrados pela Conferência de Tbilisi:

A EA deveria preocupar-se tanto com a promoção da conscientização e transmissão de informações, como com o desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios padrões e orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivo e afetivo (SANTOS, 2014, p. 8).

Já no âmbito da década de 1990, ocorreu a Conferência do Rio de Janeiro, oficialmente denominada de “Conferência de Cúpula da Terra” e conhecida como a “Eco-92 ou Rio-92”, que ocorreu no Rio de Janeiro no Brasil, no período de 03 e 14 de junho de 1992, ou seja, 20 anos após a Conferência de Estocolmo e “teve grande importância para reforçar e ampliar essa nova abordagem ambiental, que já vinha sendo discutida em documentos anteriores” (SANTOS, 2014, p.8-9). A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), reuniu 103 chefes de estado e um total de 182 países.

Sob uma perspectiva legal da EA, o art. 5º, V, da Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999, p. 2), dispõe que no âmbito educacional, a determinação legal no Brasil é que se promova a cooperação entre “as diversas regiões do País com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade”.

E pela sua reconhecida importância na construção da conscientização individual e pública direcionada à conservação do meio ambiente, dentre os mega princípios do direito ambiental, sublima-se o princípio da educação ambiental, cuja promoção em todos os níveis do ensino é uma exigência constitucional disposta no art. 225, § 1º, VI da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Conforme dispõe a Proposta de Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 02/85 a educação ambiental é:

O processo de formação e informação social orientado para: (I) o desenvolvimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução dos problemas ambientais, tanto em relação aos seus aspectos biofísicos, quanto sociais, políticos, econômicos e culturais; (II) o desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos necessários à solução dos problemas ambientais; (III) o desenvolvimento de atitudes que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental (BERNA, 2008, p.114).

O art. 1º da Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 também determina o conceito normativo de educação ambiental, que é o seguinte:

Art. 1º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (ANTUNES, 2006, p.240).

Sob uma perspectiva conceitual da literatura, a EA tem apresentado diversos conceitos e definições. Segundo Antunes (2006, p. 239) a educação ambiental é: “um processo de aprendizagem e comunicação de problemas relacionados à interação dos homens com seu ambiente natural”. Trata-se, portanto de um “instrumento de formação de uma consciência, através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental”.

Ainda na esfera conceitual, a educação ambiental é uma *praxis* educativa e social que tem por finalidade “a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”. Nesse sentido, “contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza” (ANTUNES, 2006, p. 239).

Dessa forma, “para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a educação ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais” bem como de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2005, p. 69).

Como bem se posiciona Antônio (2000, p. 31), o Governo Brasileiro também procurou delinear seu entendimento sobre educação ambiental, através do Ministério da Educação, que a aponta como o “conjunto de ações educativas voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando os efeitos da relação do homem com o meio, determinação social e a evolução histórica dessa relação”.

Nesse contexto, pode-se destacar que, a EA pode ser trabalhada como instrumento de defesa e preservação do meio ambiente com base no desenvolvimento sustentável, atendendo aos interesses das gerações atuais e futuras, inclusive no âmbito do Plano

Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) instituído pelo Decreto N° 6.263 de 21 de novembro de 2007.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao rever a evolução histórica da EA no cenário da educação formal no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) registram que, a preocupação “em relacionar a educação com a vida do aluno, seu meio, sua comunidade não é recente, e vem crescendo especialmente desde a década de 1960”. Porém, somente a partir da década de 1970, com “o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” e sigla “EA”, para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não governamentais pelas quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais” (PCN, 2001, p. 23).

De acordo com a UNESCO/IBAMA (1998), a inclusão da EA no ensino formal ocorre, sobretudo, nos níveis do ensino fundamental e médio e, posteriormente, no universitário, onde se verifica que os temas ambientais são abordados com mais sucesso em todas as regiões do mundo. Nos centros educacionais busca-se, atualmente, incorporar temas relacionados com o meio ambiente nas disciplinas tradicionais, bem como definir novos objetivos ou métodos num programa geral que transcenda todas as disciplinas.

Na esfera da área ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos que são transmitidos às crianças e adolescentes pelo que se faz e se diz em suas próprias casas, sendo que, esse conhecimento deverá ser “trazido” e “incluído” nos trabalhos das escolas, para que se estabeleçam as relações entre os dois universos (casa e escola) no reconhecimento dos valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais (PCN, 2001). No que se refere aos meios de comunicação, ressalta-se que:

Embora muitas vezes aborde o assunto de forma superficial ou equivocada, a mídia vem tratando de questões ambientais. Notícias de TV e de rádio, de jornais e revistas, programas especiais tratando de questões relacionadas ao Meio Ambiente têm sido cada vez mais frequentes. Paralelamente, existe o discurso veiculado pelos mesmos meios de comunicação que propõe uma ideia de desenvolvimento que

não raro conflita com a ideia de respeito ao Meio Ambiente. São propostos e estimulados valores insustentáveis de consumismo, desperdício, violência, egoísmo, desrespeito, preconceito, irresponsabilidade e tantos outros (PCN, 2001, p. 25).

Ainda conforme os PCN (2001, p. 25) é importante ainda que o professor trabalhe “com o objetivo de desenvolver, nos alunos, uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa”. Mas, para tal, o professor precisa conhecer o assunto e, “em geral, buscar junto com seus alunos mais informações em publicações ou com especialistas”. Além disso, temas atuais estão, em contínuo desenvolvimento, demandando dos professores uma permanente atualização, e fazê-lo junto com os alunos representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, “desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados”.

Nesse sentido, Ribeiro e Profeta (2004, p. 135) esclarecem que, os educadores devem exercer um papel como mediador na questão ambiental, utilizando programas didáticos que possibilitem a discussão sobre o “meio ambiente, onde deve ser abordado sobre o lixo, a reciclagem, os recursos naturais e como contribuir para a preservação do meio ambiente” incluindo o estudo sobre os seres vivos (animais, vegetais, microorganismos), dentre eles o homem. O programa, no seu bojo, “deve explorar a utilização dos recursos naturais e suas conseqüências, a situação ficcional e questionamentos que introduzem a noção dos estilos de vida” encontrados hoje e no passado, que são “importantes indicadores da grande industrialização e desenvolvimento econômico e, portanto, da crescente utilização e conseqüente destruição dos recursos naturais”, levando-se em consideração a enorme população humana que vive no planeta atualmente. Face ao exposto, é importante ainda destacar que o professor deve ser um instrumento de ação para conscientização dos alunos, educando-os de forma correta desde a conservação da limpeza na sala de aula, até a preservação do meio ambiente no qual estão inseridos.

Tomando-se como base os PCN (2001), fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos para que, possam agir como participantes do governo ou da sociedade civil, de forma

responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro, cumprindo ainda as suas obrigações, exigindo e respeitando seus próprios direitos e os de toda a comunidade, tanto local como internacional, para que como pessoas, possam se sentir acolhidas para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social. Na esfera legal, um importante passo foi dado com o advento da Constituição Federal de 1988, quando a EA se tornou exigência constitucional a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (art. 225, § 1º, VI).

Quanto à legislação estadual que rege a EA, destaca-se que, a Constituição do Estado do Amazonas reafirma esse mister no inciso I, do Art. 230, em seu capítulo X dedicado ao meio ambiente. Já quanto à legislação municipal esclarece-se que a Lei Nº 514/2011-PGMP de 28/12/2011 dispõe sobre a EA no currículo escolar da rede pública do município de Parintins, destacando em seus art. 1º que fica instituído o ensino de educação ambiental no currículo das escolas públicas municipais (MAMED, 2015).

Conforme a percepção dos especialistas em educação ambiental e que vêm participando de encontros nacionais e internacionais, o Brasil pode ser considerado um dos países com maior variedade de experiências nessa área ambiental, com iniciativas originais que, muitas vezes, são associadas a intervenções baseadas na realidade local. Logo, pode-se ressaltar que, qualquer política relacionada ao meio ambiente, seja ela em nível nacional, regional ou local deve levar em consideração a riqueza de experiências, investindo, não inibindo ou descaracterizando a sua diversidade (PCN, 2001).

No entanto, adverte-se que a EA ainda está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, haja vista que ela demanda mudanças profundas e nada inócuas, e embora ela seja recomendada por todas as conferências internacionais, bem como exigida pela Constituição e legislações em nível federal, estadual e municipal, e caracterizada como prioritária por todas as instâncias de poder, está aquém do ideal, mas quando bem realizada, a educação ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais (PCN, 2001).

Levando-se em consideração a relevância do tema meio ambiente, bem como a visão integrada de mundo, a escola deverá, ao longo das séries do ensino fundamental, “oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fatos naturais e humanos a esse respeito, desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio”, colaborando dessa forma, para que a “sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando todas as manifestações de vida no planeta; e garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade” (PCN, 2001, p. 39).

Quanto à visão integrada de mundo, Ribeiro e Profeta (2004, p. 128-129) dizem que: “os objetivos da educação ambiental fazem parte de um sistema holístico (integral, total) onde não existe o início e o fim, onde todos participam e têm sucesso”. A educação ambiental contempla um processo, uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação “que utiliza os vários conhecimentos, inclusive os da ecologia, para promover a compreensão dos mecanismos da inter-relação natureza-homem, em suas diversas dimensões”. Para tanto se propõe que o trabalho com o tema meio ambiente contribua para que os alunos, ao final do ensino fundamental, sejam capazes de:

- conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um Meio Ambiente saudável e a boa qualidade de vida (PCN, 2001, p. 39).

E ainda quanto às finalidades do trabalho com o tema meio ambiente, ao final do ensino fundamental, os alunos devem ser capazes de:

- perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio;

- compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia;
- perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural;
- identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente (PCN, 2001, p. 39).

A opção pelo trabalho com o tema “meio ambiente” traz e seu bojo a necessidade de conhecimento e informação por parte da escola, bem como de seus professores para que se possa desenvolver um trabalho adequado junto aos alunos. E em decorrência das próprias características da questão ambiental, a aquisição de informações sobre o tema é uma necessidade constante para todos, de modo particular, para os professores. No entanto, isso não significa dizer que os professores deverão “saber tudo” para que possam desenvolver um trabalho junto aos alunos, mas sim, que deverão se dispor a aprender sobre o tema e, mais do que isso, transmitir aos seus alunos a noção de que o processo de construção e de produção do conhecimento é contínuo (PCN, 2001).

No que se refere às práticas pedagógicas em EA, Costa (2001, p.83) acredita que: “não existe um modelo único, adequado às diferentes realidades de nossa sociedade plural”. Todavia, acredita-se na possibilidade de se traçar um perfil de professor capacitador, onde se elege um elenco de conteúdos necessários ao conhecimento do educador ambiental para “construir metodologias que possibilitem a continuidade do processo de preparação, avaliação e acompanhamento dos capacitandos no momento em que teoria e prática serão dialogicamente exercitadas”.

O trabalho de educação ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já

conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações (PCN, 2001, p.35).

Na realidade, a educação ambiental oferece ferramentas para que o aluno possa compreender os problemas que afetam a sua vida, a comunidade onde vive, a sociedade como um todo, estendendo ainda essa compreensão para a realidade do país e até do planeta, afinal:

Muitas das questões políticas, econômicas e sociais são permeadas por elementos diretamente ligados à questão ambiental. As situações de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar sobre ela. O exercício da participação em diferentes instâncias (desde atividades dentro da própria escola, até movimentos mais amplos referentes a problemas da comunidade) é também fundamental para que os alunos possam contextualizar o que foi aprendido (PCN, 2001, p. 35-36).

Por tratar de temáticas que, por mais localizadas que sejam, se referem de forma direta ou indireta ao interesse do planeta como um todo, as questões ambientais oferecem uma perspectiva particular, demandando-se que o trabalho relacionado ao meio ambiente ocorra de forma não linear e diversificada. Os conteúdos relacionados ao meio ambiente devem ser integrados ao currículo através da transversalidade, pois devem ser tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a permear toda a prática educativa, bem como criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (PCN, 2001).

A transversalidade contempla a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender “na realidade” e “da realidade” conhecimentos teoricamente sistematizados, ou seja, “aprender sobre a realidade, e as questões da vida real e sua transformação, ou seja, aprender na realidade e da realidade” (PCN, 1998, p. 30). As áreas de ciências naturais, história e geografia “são as principais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos relacionados, pela própria natureza dos seus objetos de estudo”. Já as áreas de língua portuguesa, matemática, educação física e arte “ganham importância fundamental por constituírem instrumentos básicos para que o aluno possa conduzir o seu processo de construção do conhecimento sobre meio ambiente” (PCN, 2001, p. 36).

Partindo-se dessas premissas básicas pode-se destacar que, para que os alunos compreendam a complexidade e a amplitude das questões ambientais, é primordial que se ofereça, além da maior diversidade possível de experiências, uma visão abrangente e integral que contemple diversas realidades, bem como uma perspectiva contextualizada da realidade ambiental, que contemple, além do ambiente físico, as condições sociais e culturais.

Conforme preconiza os PCN (2001, p. 43), a questão ambiental, no ensino fundamental, “centra-se principalmente no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas, e no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem de conceitos”, haja vista que, “vários dos conceitos em que o professor se baseará para tratar dos assuntos ambientais pertencem às áreas disciplinares”.

No entanto, os PCN (2001, p. 43) advertem que, “mais do que um elenco de conteúdos, o tema meio ambiente consiste em oferecer aos alunos instrumentos que lhes possibilitem posicionar-se em relação às questões ambientais”. E pela própria natureza da temática ambiental, “vem a dificuldade de se eleger uma gama de conteúdos que contemple de forma satisfatória as exigências e a diversidade que compõem a realidade brasileira”.

E com base nessas premissas, os conteúdos foram reunidos em três blocos gerais: 1) Os ciclos da natureza; 2) Sociedade e meio ambiente; e 3) Manejo e conservação ambiental, com a seguinte seleção dos conteúdos, segundo os critérios a seguir elencados:

- Importância dos conteúdos para uma visão integrada da realidade, especialmente sob o ponto de vista socioambiental;
- Capacidade de apreensão e necessidade de introdução de hábitos e atitudes já no estágio de desenvolvimento em que se encontram;
- Possibilidade de desenvolvimento de procedimentos e valores básicos para o exercício pleno da cidadania (PCN, 2001, p.43).

Nesse contexto, o professor que, tomar como base as características de uma natureza “integrada numa rede de interdependências, renovações, vida-e-morte, trocas de energia, trocas de elementos bióticos e abióticos”, deve proporcionar ao aluno que percorra, desde a “preocupação do mundo com as questões ecológicas que começaram relacionadas à natureza intocada”, até “as considerações sobre os direitos e deveres dos alunos e sua comunidade com relação à

qualidade do ambiente em que vive, chegando às possibilidades de atuação individual, coletiva e institucional” (PCN, 2001, p.43).

Nesse cenário recorre-se ao pensamento de Capra (1996), ao discorrer sobre a ecologia profunda, que não separa seres humanos, ou qualquer outra coisa, do meio ambiente natural, vendo o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. E dentro dos blocos relacionados aos ciclos da natureza, à sociedade e ao meio ambiente, bem como ao manejo e à conservação ambiental, estabelece-se que:

O professor poderá sugerir temas numa sequência que vá do local ao global e vice-versa; do ambientalmente equilibrado, saudável, diversificado e desejável, ao degradado ou poluído, para que se sinta a necessidade de se superar essa situação; e indicar medidas necessárias, discutir responsabilidades, decidir possíveis contribuições pessoais e coletivas, para que a constatação de algum mal não seja seguida de desânimo ou desmobilização, mas da potencialização das pequenas e importantes contribuições que a escola (entendida como docentes, alunos e comunidade) pode dar para tornar o ambiente cada vez melhor e os alunos cada vez mais comprometidos com a vida, a natureza, a melhoria dos ambientes com os quais convivem (PCN, 2001, p. 43).

Os conteúdos relacionados aos 3 blocos: 1) Os ciclos da natureza; 2) Sociedade e meio ambiente; e 3) Manejo e conservação ambiental, estão destacados para garantir a compreensão do tema de forma integral e favorecer a reflexão e o planejamento do trabalho com as questões ambientais. Os conteúdos do tema meio ambiente obedecerão aos critérios de sequenciação estabelecidos pelas áreas, conforme os PCN (2001).

O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Pela sua própria natureza e conseqüente processo de mudanças, o Festival Folclórico de Parintins, como ferramenta da educação ambiental, demanda um modelo educativo novo, pela necessidade de responder às exigências da complexidade do meio ambiente. Logo, nesse cenário não se pode deixar de lado a realidade local, o Festival Folclórico de Parintins que, além de possuir todas as características

do espetáculo feito para entreter as massas, também, agregou aspectos da vida contemporânea, do meio ambiente e do *ethos* das populações amazônicas que, com o favorecimento dos meios de comunicação, vão muito além do espetáculo, podendo ser utilizado como ferramenta de educação ambiental. Portanto, concebê-la significa pelo menos supor mudanças de valores e aplicação destes à prática social e isto induz às mudanças de comportamento das pessoas e da sociedade.

Na realidade, do Festival Folclórico de Parintins transbordam informações, apelos e mensagens que clamam pela conscientização e preservação dos povos e dos ecossistemas amazônicos. São clamores que desafiam a efemeridade do espetáculo e que devem avançar até as escolas, como forma de conhecimento, pois como bem estabelecem os PCN (2001, p.36), “o trabalho com a realidade local possui a qualidade de oferecer um universo acessível e conhecido e, por isso, passível de ser campo de aplicação do conhecimento”.

Grande parte dos assuntos mais significativos para os alunos estão circunscritos à realidade mais próxima, ou seja, sua comunidade, sua região. E isso faz com que, para a EA, o “trabalho com a realidade local seja de importância vital. Mas, por outro lado, a apreensão do mundo por parte da criança não se dá de forma linear, do mais próximo ao mais distante” (PCN, 2001, p.36).

Segundo Antônio (2000, p. 32), o capítulo 36 da Agenda 21, fruto da Rio-92, ressalta ser “o ensino de fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões do meio ambiente e desenvolvimento”, o que veio ao encontro da abordagem aqui apresentada e, que busca consolidar a prática do Festival Folclórico de Parintins como ferramenta de aprendizagem na rede pública municipal de ensino no contexto da EA, visando a defesa e a preservação do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável, ou seja, com crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social, atendendo aos interesses das gerações atuais e futuras do município de Parintins.

Na visão de Santos (2012), não se pode negar que a educação ambiental, em sua trajetória, vem comportando tratamentos reducionistas que refletem os interesses dos países desenvolvidos, ou seja, voltada exclusivamente para os fatores ecológicos, primordialmente quanto à manutenção dos ecossistemas

remanescentes do planeta e o domínio econômico que consolidam as relações de desigualdades sociais. A educação ambiental que se pressupõe voltada para a sustentabilidade deverá estar atenta para corrigir direcionamentos reducionistas que se têm caracterizado ao longo do processo de construção de seus pressupostos teórico-metodológicos.

De acordo com Beauclair (2007), ao se pensar a educação como processo de produção de mudanças conceituais, mister se faz acreditar, pois se trata de uma pedagogia articuladora onde as diferentes dimensões do humano ganham espaço de trabalho, trabalho este que afete as atitudes, as mentalidades, os processos sociais e suas práticas, enfim, onde seja possível pensar, agir e refletir, dialética e dialogicamente sobre: diversidade, igualdade, política, cultura, estruturas, existência humana, instituições, condutas, ética e educação.

Conforme demonstrado na figura 1, busca-se ressaltar a intenção de estabelecer alguns liames entre os âmbitos ou contextos que moldam o currículo real, que se projeta em atividades diversas relacionadas com o currículo moldado na prática de ensino.

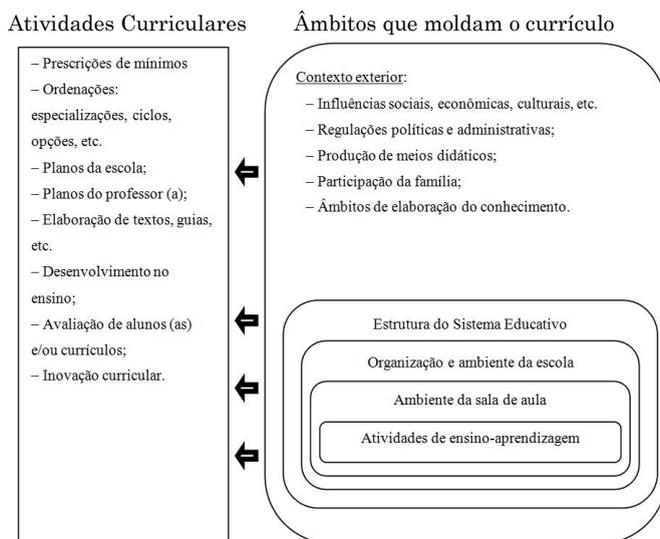


Figura 1 - Práticas e transformações no currículo.

Fonte: Sacristán (2000, p.130).

Entender o que afeta realmente os conteúdos do ensino supõe fixar-se em práticas não estritamente didáticas, mas muito decisivas para estas. Ressalte-se que currículo e pedagogia com base nessas formas culturais extraescolares representam verdadeiros “mananciais”, que além do respeito às tradições dos ancestrais de um povo, deixam fluir de forma agradável a criatividade, proporcionando perfeita sincronicidade. Sobre o assunto assim se posicionam Kindel, Silva e Sammarco (2006, p. 33): “o poder de intervenção do saber sistematizado será tanto maior quanto mais significativa for à relação entre a realidade local e totalidade”, o que demanda “trabalho interdisciplinar, para articular saber, conhecimento, vivência, escola, comunidade, ambiente”. Graficamente essa forma de interação pode ser representada conforme a figura 2.

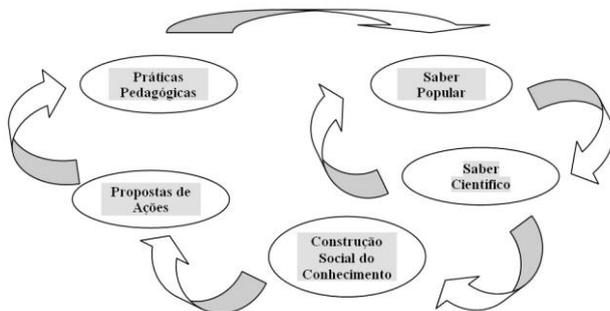


Figura 2 - Diagrama Representativo da Organização do Currículo

Fonte: Kindel, Silva e Sammarco (2006, p. 33).

Na figura 2, pode-se perceber a metamorfose dos saberes científicos e populares, com a finalidade de fazer a integração, e por consequência gerar a construção social do conhecimento, propondo ações e práticas pedagógicas.

Deste modo, investe-se assim em formas sedutoras de ensino-aprendizagem, via de regra, ausentes do ambiente escolar, ou, conforme sintetizam Silva et al. (1999, p.140): “é precisamente a força desse investimento das pedagogias culturais no afeto e na emoção que tornam seu currículo tão fascinante”.

E com base nessas reflexões, desenvolveu-se uma pesquisa, junto às escolas públicas de Parintins no ano de 2010, com gestores das escolas, professores, pais e alunos, com o objetivo de verificar como o Festival Folclórico de Parintins, enquanto potencial cultural

explicitado, permitindo a discussão da problemática ambiental contemporânea, está inserido nos currículos escolares do município.

Inicialmente realizaram-se duas palestras, em momentos diferentes, com os alunos e com os pais, onde se falou sobre a importância do Festival Folclórico para o desenvolvimento econômico do município, bem como a sua relevância político e cultural no cenário regional, nacional e internacional, pois, hoje, o Festival é conhecido internacionalmente. Ressaltou-se ainda a relevância da inserção do Festival nos currículos das escolas da região, bem como a sua importância para a educação das crianças, dos jovens e dos adultos, em como o meio cultural, diversidade cultural, as manifestações culturais como ferramentas de aprendizagem.

Posteriormente, ocorreu uma palestra com os gestores e com os professores sobre a importância de eles trabalharem o meio cultural, a diversidade cultural e as manifestações culturais, principalmente em se tratando do Festival Folclórico de Parintins, com o objetivo de chamar a atenção dos alunos para a relevância dos aspectos culturais regionais e locais que hoje transcendem os limites de fronteira do município. É importante que os alunos sejam capazes de avaliar a importância do Festival Folclórico para a comunidade, para a sociedade e para o desenvolvimento sustentável do município de Parintins.

Na busca de informações complementares sobre o sistema educacional, realizou-se a pesquisa junto aos gestores, assentando-se em aspectos fundamentais para a pesquisa, considerados os “guiões”, ou seja, os parâmetros que nortearam as entrevistas. Foram entrevistados três gestores de três escolas municipais do ensino fundamental da rede regular de ensino de Parintins.

Ao serem questionados, se “em sua opinião a escola dá a devida importância ao ambiente cultural e às manifestações culturais, principalmente ao Festival Folclórico para a formação integral dos alunos”, todos os gestores foram unânimes em afirmar que sim. A unanimidade observada nas respostas dos gestores tem sua justificação na representação cultural, política e socioeconômica que o Festival possui tanto para a comunidade local como para grandes grupos empresariais que, perceberam a importância desse evento, que se encontra arraigado no cerne daquele povo, conforme o enaltece Valentin (2005), referindo-se aos dois bumbás “Caprichoso e Garantido”, os únicos que resistiram ao processo de urbanização e

crescimento da cidade. Parintins vive e revive suas tradições e, deste modo, exportando o Festival para o mundo vem sensibilizando os mandatários do Estado e até do País para investirem maciçamente em sua infraestrutura.

Quando questionados se: “acreditam que a incorporação das manifestações culturais do Festival Folclórico de Parintins nos currículos escolares e sua vinculação com a questão ambiental é uma importante ferramenta para a formação de indivíduos críticos e responsáveis”: todos os gestores responderam que sim. E sobre ao fato de acreditarem que: “a diversidade cultural, tendo como norte a cultura popular amazônica, representada pelo Festival Folclórico de Parintins, pode ser utilizada no cotidiano escolar como ferramenta de aprendizagem”: todos responderam que sim.

Não restam dúvidas de que, não somente no contexto parintinense, como em qualquer lugar do mundo, deve-se necessariamente privilegiar as minorias, haja vista que, trata-se de uma questão de respeito à diversidade e aos direitos humanos. Nesse sentido, Silva et al. (1999) reivindicam um currículo que inclua as diferentes culturas, não de forma simples e informativa, mas refletindo sobre aspectos culturais e experiências de povos e grupos marginalizados.

Indubitavelmente, as pesquisas culturais constituem um campo de investigação, cujo impulso inicial é estudar a cultura presente em determinado contexto geográfico tendo como finalidade precípua construir perspectivas de análises que contemplem analiticamente contradições e ambiguidades presentes no processo de reprodução cultural e social.

A pesquisa realizada com o corpo docente revestiu-se de grande importância porque os professores, juntamente com os alunos, são os “sujeitos” do processo educacional, a ser deflagrado a partir do Festival Folclórico de Parintins, constituindo-se em uma estratégia de educação ambiental, utilizando a diversidade cultural dos povos amazônidas. Entrevistaram-se 5 (cinco) professores de ambos os gêneros, idades e disciplinas diversas.

Ao serem convidados para opinar se: “na sua concepção o Festival Folclórico reforça os valores culturais ou é simplesmente um espetáculo para entreter a massa, tendo como objetivo apenas o resultado econômico”: 60% dos professores responderam que o Festival além de divulgar a cultura local, reforça os valores culturais e 40%

que o Festival, reforça os valores sim, mas também serve aos interesses econômicos e empresariais, funcionando ainda como forma de entretenimentos das massas.

Ao serem questionados sobre se, “nas suas aulas, costumam privilegiar conteúdos que valorizam o meio cultural e a cultura como importante ferramenta de aprendizagem”: observou-se, a unanimidade nas respostas dadas. Todos responderam de forma afirmativa à questão formulada. Sobre se “o currículo (parte diversificada) das escolas de Parintins contempla a cultura regional e local”, os professores responderam que não existe uma matéria específica tratando do Festival Folclórico de Parintins. Quanto ao tratamento dispensado às culturas regionais, a lacuna existente vem persistindo no sistema de ensino brasileiro, relegando-as ao segundo plano. E no ensino público no Estado do Amazonas, essa realidade não é diferente.

Os docentes relataram que o Festival Folclórico de Parintins é abordado nas aulas, quando estão sendo tratadas as questões sobre cultura, meio cultural e as manifestações culturais. E também nas aulas de Artes. Quando convidados para opinar se: “concordam que a escola é um espaço privilegiado para a discussão de vários temas, principalmente a valorização da cultura regional e local”: todos os docentes que fizeram parte da amostra foram unânimes a afirmar que a escola tem como uma das finalidades precípuas a divulgação da cultura nacional, regional e local. Neste sentido, é pertinente acrescentar que trabalhar as culturas regionais e locais é, acima de tudo, uma questão de respeito e cidadania às minorias sociais. Quando questionados sobre “como os alunos reagem às aulas que versam sobre cultura, principalmente quando tratam do Festival Folclórico de Parintins”: todos os professores foram unânimes em afirmar que os alunos gostam das aulas de cultura principalmente quando se trata do Festival Folclórico de Parintins.

Quando convidados para opinar quanto ao fato de acreditar “que a incorporação das manifestações culturais do Festival Folclórico de Parintins nos currículos escolares e sua vinculação com a questão ambiental é uma importante ferramenta para a formação dos alunos”: todos os docentes entrevistados concordam que a incorporação das manifestações culturais é de suma importância na formação dos alunos.

Quanto ao fato de acreditarem “que a diversidade cultural, tendo como norte a cultura popular amazônica, representada pelo Festival Folclórico de Parintins, pode ser utilizada no cotidiano escolar como ferramenta de aprendizagem”, todos os professores que participaram da pesquisa concordaram que a diversidade cultural deve ser tratada com respeito, principalmente no âmbito da escola, pois é lá que se aprende a respeitar as diferenças étnicas e culturais.

Já a pesquisa com os pais dos alunos justifica-se pela importância, haja vista que, eles, juntamente com a escola (gestores e professores), são os “parceiros” do processo educacional, que contempla a estratégia de utilização da diversidade cultural do Festival Folclórico de Parintins como ferramenta de educação ambiental, proporcionando dessa forma uma maior participação da comunidade. Participaram da entrevista 10 (dez) pais de ambos os gêneros e faixa etária.

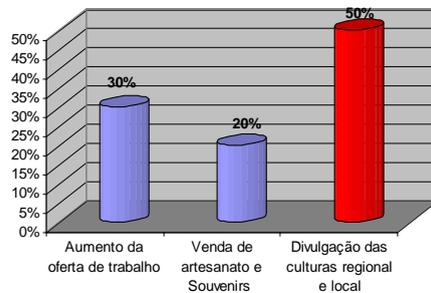


Figura 3 – Vantagens da realização do Festival.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Ao serem convidados para se manifestarem, sobre, “quais são as vantagens mais significativas trazidas pelo festival para o município e para comunidade”: 50% dos pais que participaram da pesquisa responderam divulgação das culturas regional e local; 30% responderam aumento da oferta de trabalho; e 20% vendas de artesanatos e *souvenirs*.

Conforme a preponderância dos resultados obtidos, pode-se observar pelas respostas dadas que, a população acredita na força e na magia do seu Festival. Quando solicitados para opinar sobre “quais os aspectos negativos produzidos pelo festival”: 30% responderam aumento da produção de lixo; 20% responderam aumento da exploração sexual infantil; 20% responderam aumento da gravidez na

adolescência; 20% responderam aumento dos casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); e 10% responderam aumento de poluição de rios e igarapés.

De fato, os problemas sociais que, inevitavelmente, acompanham a realização de grandes eventos não podem ser descartados, e no caso de Parintins, trata-se de problemas eminentemente sociais, cuja prevenção e conscientização com base na estruturação familiar é a medida mais adequada a ser tomada.

Ao serem questionados acerca da contribuição do Festival para o desenvolvimento sustentável do município, destaca-se o percentual de 40% dos pais que responderam que há aumento da geração de emprego e renda. Em igual proporção de 20% responderam: aumento das vendas do comércio; aumento do turismo e hotelaria e aumento de investimentos empresariais. Pelas respostas dadas, depreende-se que está no inconsciente coletivo daqueles munícipes que as contribuições do Festival para o município e sua gente perpassam pelo desenvolvimento socioeconômico em prol de melhor qualidade de vida. Ao serem solicitados para opinar, se: “apesar da rivalidade entre os dois bois, o festival serve para unir os munícipes em prol de uma melhor qualidade de vida”: todos os pais que participaram da pesquisa foram unânimes em responder que sim.

Pesquisadores como Valentin (2005) e Rodrigues (2006), destacam de forma categórica que, a rivalidade entre os bois-bumbás de Parintins reflete a sinergia que os une e engrandece. Essa é a tônica de Parintins e seu Festival: “a energia gerada pela atração dos contrários, Caprichoso e Garantido, é direcionada para a batalha na arena do Bumbódromo”. Eles se enfrentam de cabeça erguida, “empunhando suas poderosas armas de talento e criatividade para transformar o possível conflito em celebração garantida e caprichosa” (VALENTIN, 2005, p. 227).

Quando questionados no que se refere ao fato de acreditarem na importância da incorporação das manifestações culturais do Festival Folclórico de Parintins no currículo da escola para a formação do aluno, todos os pais foram unânimes em responder que sim. Na realidade, pode-se conceber o Festival Folclórico de Parintins como a “seiva” que vivifica os parintinenses e, conforme destacado anteriormente, as melhorias infraestruturais que a cidade recebe

deve-se ao esplendor do Festival, que a cada novo espetáculo busca superar em beleza e ostentação o evento anterior.

A pesquisa com os alunos, revestiu-se de grande relevância, pois eles, juntamente com os professores, são os principais “sujeitos” do processo educacional na esfera da educação ambiental, baseado no Festival Folclórico de Parintins. Entrevistaram-se um total de 100 (cem) alunos, de ambos os gêneros, todos adolescentes, e cursando o ensino fundamental na rede pública municipal de Parintins.

Quando questionados sobre o fato de acreditar “que a escola valoriza a cultura regional e local, tomando por base o Festival Folclórico”: 50% dos alunos que participaram da pesquisa responderam que sim; 30% responderam sim, mas sem muita ênfase; e 20% responderam que deveria valorizar mais.

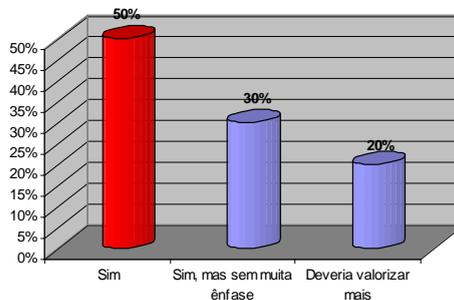


Figura 4 – Valorização da Cultura Local nas Escolas de Parintins.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Como se pode perceber, os percentuais obtidos nas respostas denotam “ambiguidade” no que se refere à certeza da escola estar trabalhando de fato, e, por conseguinte valorizando a cultura local e regional no ambiente escolar, com base no Festival Folclórico de Parintins. Tende-se a apoiar aqueles que pensam que a escola valoriza “sem muita ênfase” e os que francamente admitem que a mesma “deveria valorizar mais”. Tem-se conhecimento de que, a formação da identidade cultural de quaisquer povos perpassa necessariamente pela sua historicidade, a qual é pautada nos seus hábitos, costumes, língua, tradições, dentre outros.

Ao serem questionados se acreditam que é importante estudar a cultura regional e local, tendo por base o Festival Folclórico, para a sua formação, todos os alunos que participaram da amostra da pesquisa foram unânimes em afirmar que sim. Sobre a opinião do por

que o Festival Folclórico é importante para o município de Parintins, 60% dos alunos responderam crescimento e desenvolvimento de Parintins; 20% responderam criação de emprego e renda; e 20% responderam desenvolvimento do comércio. Os altos percentuais aferidos nas respostas dadas indicam que aspectos socioeconômicos e conjunturais estão presentes no imaginário coletivo enquanto esperança, e constatação mesmo, decorrente da importância das festividades juninas em Parintins.

Sobre o fato de acreditarem que os professores dão à devida importância às manifestações culturais, principalmente no que se refere ao Festival Folclórico, 60% dos alunos que fizeram parte da amostra responderam que sim e 40% responderam às vezes.

O município de Parintins devido à grandiosidade e importância econômica do Festival constitui-se exceção. Privilegiar e trabalhar a cultura e tradições parintinenses significa garantir o desenvolvimento socioeconômico do município.

Ao serem questionados se têm aprendido na escola a importância do meio cultural, das manifestações culturais para a formação de indivíduos participantes de uma sociedade, todos os alunos que participaram da pesquisa responderam que sim. A educação nos rincões amazônicos, mormente nos interiores, nunca foi, e continua não sendo, prioridade social. Portanto, ensinar os valores culturais a partir das especificidades da cultura local, significa valorizar os costumes locais, as tradições, que particularizando-se para Parintins. Os parintinenses revêem as suas tradições, e a figura indígena e conduzem sua representação para uma nova dimensão, pautada na beleza, na magnificência e com excelente retorno econômico.

É importante salientar que já existe uma legislação municipal, a Lei Nº 514/2011-PGMP de 28/12/2011 que dispõe sobre a educação ambiental no currículo escolar da rede pública do município de Parintins, no entanto, como tema transversal, conforme preconiza os PCNs (1998;2001) e não como disciplina específica, o que novamente, demonstra a necessidade de se trabalhar a diversidade cultural, tendo como norte a cultura popular amazônica, representada pelo Festival Folclórico de Parintins, que pode ser utilizada no cotidiano escolar como ferramenta de aprendizagem, na área de educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do artigo pode-se inferir que, é preciso conhecer para proteger e, nesse sentido, a inserção de programas sérios de educação ambiental no sistema oficial de ensino do país revela-se fundamental para a formação de uma sólida e permanente consciência social de respeito aos bens e valores ambientais. A inserção de temas como Boi-Bumbá e Festival Folclórico no projeto pedagógico da escola em nível de ensino fundamental na área de educação ambiental contribuirá, para a manifestação da identidade cultural, proporcionando conhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, regional e local, possibilitando ainda aos alunos do município de Parintins perceberem-se integrantes, dependentes e agentes transformadores do meio ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do mesmo.

O Festival como ferramenta de aprendizagem na rede pública municipal no contexto da educação ambiental, busca ainda a defesa e a preservação do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável (DS), ou seja, com crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social, atendendo aos interesses das gerações atuais e futuras.

Os temas relacionados às condições de vida do caboclo amazônico, da preservação do meio ambiente, da luta da sobrevivência das etnias indígenas e das culturas nativas e da interrelação e interação desses temas, sejam por meio da exaltação da beleza da natureza ou pelo alerta a sua exploração e destruição, exploradas pelo Festival Folclórico de Parintins, situam esse espetáculo, para além da mera efemeridade, uma vez que geram, também, informação, reflexão e conhecimento sobre a Amazônia e sua preservação, configurando-se como uma excelente ferramenta de educação ambiental, não somente para as escolas de Parintins, mas para a toda região amazônica e até para o Brasil.

Este artigo se apresenta mais como uma possibilidade do que como algo concluído e, em virtude disto, exige ainda um grande refinamento, dando-lhe uma atenção na agenda de pesquisas e foi neste enclave que este trabalho se encaixou. A contribuição do presente estudo foi, além de demarcar o corte temporal das discussões, situar o problema frente ao debate e ensaiar através da proposta

apresentada validar o Festival Folclórico de Parintins como ferramenta da educação ambiental. Considera-se que a definição do período atual para estudar Festival Folclórico de Parintins, estabelecendo-se ainda um marco cronológico, foi um ganho para o presente trabalho, pois isto possibilitou um tratamento mais específico, que contemplou a observação mais empírica sob a ótica dos gestores, professores, pais e alunos.

Para promover o desenvolvimento de um processo educativo com os alunos do ensino fundamental, em torno da questão ambiental contemporânea, o trabalho busca sustentação teórica no tripé “meio ambiente, cultura e educação”. Um ponto da contribuição deste artigo, e que se pode ressaltar, refere-se à sistematização das pesquisas que já foram realizadas e publicadas, colocando-os em situação de diálogo, compilando-as em um estudo acadêmico. E isto somente foi possível com a utilização de dados empíricos, coletados com os gestores, professores, pais e alunos e que foram devidamente clareados à luz da teoria, que contemplou um diálogo com as pesquisas encontradas.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Adalberto Carim. **Ecoletânea**: subsídios para a formação de uma consciência jurídico-ecologia. Manaus: Valer, 2000.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 9.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- BEAUCLAIR, João. Escola como espaço de formação continuada II. **Revista Direcional Escolas**, São Paulo, n. 31, ago. 2007.
- BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. **Amigos do planeta**: meio ambiente e educação ambiental. São Paulo: Paulus, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.
- BRASIL. **Decreto nº 6.263 de 21 de novembro de 2007**. Institui o Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/169/_arquivos/169_29092008073244.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

COSTA, Aurora Maria Figueiredo Coêlho. Formação de professores para inclusão da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. In: **Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental**. MEC/SEF. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>>.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KINDEL, Eunice Aita Isaia; SILVA, Fabiano Weber da; SAMMARCO, Yanina Micaela. (orgs.). **Educação ambiental**: vários olhares e várias práticas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Pais. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MAMED, Maria do Socorro Barbosa da Silva. **Diversidade cultural e educação ambiental**: um diálogo entre a teoria e a prática do Festival Folclórico de Parintins como ferramenta de aprendizagem na rede pública municipal. Assunción, PY, 2015.

PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Meio Ambiente e saúde. Volume 9. 3.ed. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

RIBEIRO, Matheus de Souza Lima; PROFETA, Ana Carolina N. A. Programas de Educação Ambiental no ensino infantil em Palmeiras de Goiás: novos paradigmas para uma sociedade responsável. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, RS, v. 13, jul.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol13/art8.pdf>>.

RODRIGUES, Allan Soltenístsin Barreto. **Boi-Bumbá**: evolução, livro e reportagem sobre o Festival Folclórico de Parintins. Manaus: Valer, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental e festas populares**: um estudo de caso na Amazônia utilizando o Festival Folclórico de Parintins. Manaus: Edua, 2012.

SANTOS, Cristy Handson P. dos. **Apostila de educação ambiental**. 2014. Disponível em: <<http://dc371.4shared.com/doc/lx7yL-oF/preview.html>>.

SILVA, Tomaz Tadeu da et. al. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Nelson Mello e. **Educação ambiental**: dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro: Thex: Universidade Estácio de Sá, 2000.

UNESCO/IBAMA. **Educação ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Organizado pela UNESCO. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, 1998.

VALENTIN, Andréas. **Contrários**: a celebração da rivalidade dos Bois-bumbás de Parintins. Manaus: Valer, 2005.



MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA MAMED

Possui Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (2015). É Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangélica del Paraguay (2010). Possui Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Roraima/UFRR (2019). É Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes (2005), em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade Estácio de Sá (2002) e em Orientação Educacional pela Universidade Cândido Mendes (2002). Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima (2001). É graduada em Direito - Faculdades Cathedral de Ensino Superior/RR (2008). Atualmente é Orientadora Educacional e Professora da Educação Básica - Secretaria de Educação, Cultura e Desportos/RR. Participou do Programa Eleitor do Futuro como Pedagoga.